

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XLVIII • Nº 482 • Brasília-DF • Janeiro/Fevereiro 2026

Memória Viva:

Legados que não se encerram com a morte permanecem de pé como sementes em chão fértil

Página 4

ARTIGO: Memórias subversivas da vida subversiva de Pedro Casaldáliga

Páginas 12 e 13

CANTOS QUE ATRAVESSAM O TEMPO: crianças Xakriabá retomam o Reisado como gesto de memória e futuro

Página 16

RESISTÊNCIA DO TAPAJÓS:

Mobilização indígena faz governo recuar em decreto que privatizava os rios Tapajós, Madeira e Tocantins. Por mais de um mês, quase 2 mil indígenas ocuparam o terminal da Cargill contra a medida que impactava de forma irreversível territórios e ecossistemas.

Páginas 2, 7, 8 e 9



Luta indígena contra a privatização dos rios amazônicos

Os rios amazônicos não são corredores logísticos. São territórios vivos, memória, sustento e espiritualidade. Quando o Estado decidiu colocá-los sob a lógica da desestatização, os povos indígenas do Tapajós responderam com o que sempre lhes foi próprio: presença, resistência e organização.

Durante mais de trinta dias, entre janeiro e fevereiro de 2026, os povos indígenas da região do Rio Tapajós ocuparam o terminal da Cargill, em Santarém (PA), em uma mobilização legítima e corajosa que reuniu cerca de 2 mil pessoas para denunciar o avanço de um modelo desenvolvimentista predatório que ameaça a vida dos rios e a existência de diversas comunidades tradicionais.

A ocupação foi um ato de resistência contra o Decreto Federal nº 12.600/2025, que incluiu os rios Tapajós, Madeira e Tocantins no Plano Nacional de Desestatização. A medida abria caminho para a concessão dessas hidrovias à iniciativa privada, desconsiderando direitos territoriais e culturais dos povos indígenas e os impactos socioambientais decorrentes da dragagem e da transformação do Tapajós em corredor de escoamento de grãos.

Durante a mobilização, o Cimi observou com profunda preocupação o descumprimento, por parte do governo federal, dos acordos e das formas de negociação que deveriam orientar o diálogo com os povos indígenas. Somente após 14 dias de ocupação o governo se dispôs a dialogar. Ainda assim, as propostas apresentadas pelas lideranças não foram plenamente atendidas. A decisão anunciada à época – limitada à suspensão do pregão eletrônico e à criação de um Grupo de Trabalho Interministerial – revelou-se insuficiente diante da gravidade das reivindicações.

Ao fim de mais de um mês de mobilização e intensa pressão política, o governo federal anunciou, em 23 de fevereiro, a revogação do Decreto nº 12.600/2025. Publicada no Diário Oficial da União, a decisão confirma a força da organização coletiva e constitui uma conquista concreta da resistência indígena.

A revogação do decreto representa uma vitória importante, mas não encerra a disputa em torno do modelo de desenvolvimento imposto à Amazônia. A região carrega uma vasta memória de conflitos socioambientais. Em 2003, a instalação do terminal da Cargill em Santarém ocorreu

sob forte contestação judicial, em razão da ausência de Estudo de Impacto Ambiental prévio. O episódio tornou-se emblemático de uma lógica recorrente na Amazônia: grandes empreendimentos avançam antes que estudos, condicionantes e salvaguardas institucionais estejam plenamente assegurados e que as comunidades tradicionais sejam devidamente consultadas.

O episódio do Tapajós não é isolado, mas expressão de uma lógica mais ampla que subordina territórios e rios às exigências da acumulação econômica.

O Decreto 12.600/25 inseria-se em um contexto mais amplo de consolidação do chamado Arco Norte, eixo logístico voltado ao escoamento de grãos do Centro-Oeste pelos portos amazônicos com destino aos mercados internacionais. Nas últimas duas décadas, rodovias, hidrovias, terminais portuários e projetos ferroviários reconfiguraram a dinâmica territorial da região, ampliando pressões sobre terras indígenas, unidades de conservação e comunidades tradicionais.

Nos anos posteriores à instalação do porto e à expectativa de asfaltamento da BR-163, registrou-se crescimento acelerado das taxas de desmatamento na área de influência da rodovia. A expansão da infraestrutura logística esteve associada à intensificação da disputa por terras e à ampliação da fronteira agrícola, evidenciando como grandes obras podem induzir transformações profundas no território.

Além das implicações ambientais e jurídicas, a tentativa de privatização de extensos trechos de rios amazônicos suscita um debate estratégico sobre soberania e modelo de desenvolvimento. Transformar cursos d'água em corredores prioritários de exportação reforça uma lógica primário-exportadora que historicamente concentrou renda, externalizou impactos e aprofundou desigualdades. Para os povos indígenas, a defesa dos rios ultrapassa a dimensão econômica: trata-se de proteger modos de vida, espiritualidades e formas próprias de relação com o território que não se subordinam à racionalidade mercantil.

A mobilização do Tapajós reafirma que rios não são mercadorias e que o desenvolvimento não pode ser construído à revelia dos povos que habitam e cuidam desses territórios. Seguiremos acompanhando e apoiando a luta dos povos indígenas em defesa de seus direitos, de seus territórios e da integridade dos rios Tapajós, Madeira e Tocantins.

Porantimadas

Um marco histórico

Pela primeira vez, a Fuvest inclui uma autora indígena entre as leituras obrigatórias do vestibular da USP (Universidade de São Paulo). A partir de 2030, passa a integrar a lista a obra *Originárias*: uma antologia feminina de literatura indígena, organizada por Trudruá Dorrico em parceria com Maurício Negro. A coletânea reúne contos, poemas e relatos de 12 autoras indígenas de diferentes povos e regiões do país, abordando temas como memória, relações familiares e histórias de origem. A edição também traz glossário e informações sobre os povos representados. Escritora e pesquisadora do povo Makuxi, nascida em Roraima, Trudruá é doutora em Teoria da Literatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Sua trajetória articula produção acadêmica e literária à valorização das narrativas indígenas e ao enfrentamento do apagamento histórico. A presença da autora na lista sinaliza uma mudança de perspectiva sobre o que compõe a literatura brasileira. (Informações do Guia do Estudante da Editora Abril).

Responsabilidade reconhecida

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) condenou a União a pagar R\$ 60 mil de indenização a um indígena ferido durante a reintegração de posse na Terra Indígena Buriti, do povo Terena, em Mato Grosso do Sul. A decisão aplica entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 1.237), que estabelece a responsabilidade civil do Estado por mortes e ferimentos em operações de segurança pública, com base na Teoria do Risco Administrativo. O indígena foi atingido por dois disparos, no pé e na coxa, em 30 de maio de 2013, durante o cumprimento de mandado na Fazenda Buriti, em Sidrolândia (MS). A operação foi realizada pela Polícia Federal com apoio da PM estadual. Na mesma ação, o indígena Oziel Gabriel foi morto. A decisão representa mais do que uma reparação individual: reafirma a denúncia histórica sobre a violência em retomadas e despejos e reforça a responsabilidade do Estado por violações cometidas contra os povos indígenas em conflitos territoriais.

Voices contra as falsas soluções

Estreou no canal da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no YouTube o documentário *O Grito dos Povos na COP30*. Com o lema “Não existe justiça climática sem justiça social”, o filme, de cerca de 30 minutos, acompanha a resistência de povos das florestas, do campo, das águas e das cidades às propostas de mercado apresentadas como respostas à crise climática. A produção registra episódios de tensão envolvendo lideranças Mundurucu impedidas de acessar espaços da agenda oficial com seus instrumentos tradicionais, situação que, para os movimentos sociais, evidenciou a distância entre o discurso diplomático e a realidade dos territórios. Enquanto se discutiam acordos financeiros, comunidades denunciavam problemas como fome e contaminação por agrotóxicos e mercúrio. O documentário também destaca mobilizações como o Tribunal Popular do Ecogenocídio, realizado no Ministério Público Federal, no Pará, que reuniu denúncias de violações no Brasil e em outros países do Sul Global. (Informações da CPT)



Missionários do Cimi realizam mutirão de cuidado com a Casa Comum durante curso de formação

O mutirão foi realizado no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia (GO), com a participação de missionários de oito Regionais do Conselho; os cursos Básico I e II e a Formação Permanente ocorreram entre 13 de janeiro e 2 de fevereiro deste ano

Por integrantes do Curso de Formação Básico II* e Assessoria de Comunicação do Cimi

Em maio de 2015, o Papa Francisco tornou pública a encíclica *Laudato Si'*, na qual apresentou os principais aspectos socioambientais do cuidado com o planeta, a nossa Casa Comum, onde tudo está interligado. Inspirados por esse entendimento, missionárias e missionários do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em processo de formação nos cursos Básico I, Básico II e Formação Permanente, realizaram um mutirão de cuidado com a Casa Comum no Centro de Formação Vicente Cañas (CFVC), localizado no bairro Jardim Ingá, em Luziânia (GO), a cerca de 50 km de Brasília (DF).

O mutirão foi realizado duas vezes por semana ao longo dos 22 dias de curso, entre 13 de janeiro e 2 de fevereiro de 2026. A prática incluiu cuidados com jardins, pomares e espaços de convivência, além da organização e limpeza da chácara.

A iniciativa nasceu como sugestão da turma do Básico I, edição de 2025. Cirlei do Nascimento, missionário do Cimi Regional Norte 1 e integrante do curso Básico II, relata como surgiu a proposta:

“Ano passado, na avaliação final, eu trouxe a ideia de a gente montar um mutirão para a gente fazer o cuidado da nossa Casa Comum aqui no centro de formação. Então eu trouxe essa ideia e esse ano foi realizado junto com a turma do básico e do permanente para a gente fazer o primeiro mutirão aqui no centro.”

A prática, além de promover o cuidado com o espaço, possibilitou a troca de experiências e a construção de laços entre os missionários dos três cursos. Também integrou a espiritualidade e fortaleceu o sentimento de pertença à missão indigenista.

Lucilene Correia, do Cimi Regional Goiás-Tocantins e integrante da Formação Permanente, destaca o significado da experiência:

“Nós tivemos alguns momentos aqui de cuidar da chácara, da nossa casa, que a chácara aqui é a nossa casa. A gente vem para cá para estudo, para momento de formação, e os missionários têm que sentir isso assim, sua casa, como se fosse sua casa. Foi proposto para nós dar uma limpeza, organizar os jardins, capinar. E foi muito bom esse momento, porque cada um sentiu o valor do que é cuidar da Casa Comum. E essa casa é de todos os missionários que passam por aqui.”

A irmã Maria Persila Vieira, missionária Serva do Espírito Santo e integrante do curso Básico I, também ressaltou a dimensão espiritual do mutirão:

“A proposta que o Cimi tem é realmente colocar em prática esse cuidado, esse amor com a Casa Comum. E a experiência que nós estamos vivenciando aqui na casa de formação realmente é o caminho. Para nós termos essa presença de transformação. De que forma que vamos transformar? Cuidando de toda a natureza. E se a gente cuida da natureza, nós também cuidamos de nós mesmos, nós cuidamos das nossas relações. Então, este é o caminho. Essa relação com toda a natureza, conosco mesmo, com os outros e com Deus. E aí há realmente essa integração. E posso dizer: tudo está interligado.”

Fotos: Daniel Lima



Foto: Maria Cássia

Foto: Raimundo Freitas

Formação missionária

Realizados anualmente, os cursos Básico I e II são voltados à formação de pessoas que se dispõem a seguir a vida missionária no Cimi junto aos povos indígenas. Já a Formação Permanente é destinada a missionários com pelo menos dois anos de cami-

nhada após a conclusão do curso básico, que buscam atualização e aprofundamento.

O mutirão passará a ser adotado pelas próximas turmas dos três cursos como parte da vivência formativa.

O Centro de Formação Vicente Cañas

O Centro de Formação Vicente Cañas é um espaço de formação e acolhimento vinculado ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Destinado a receber povos indígenas de todo o país, o local também acolhe integrantes de organizações, movimentos e entidades parceiras para cursos, reuniões, eventos, encontros religiosos, retiros e atividades de articulação política e pastoral. Além disso, disponibiliza hospedagem para o público em geral, conforme a programação e a disponibilidade do espaço.

Construído em uma chácara ampla, arborizada, silenciosa e acolhedora, o centro foi pensado para favorecer a reflexão, a meditação e a convivência entre os participantes. O complexo possui cerca de 26 mil m² (quase 4 hectares) e reúne módulos com espaços de hospedagem, áreas de trabalho, convivência e lazer.

Entre as instalações, estão:

- Hospedagem com dezenas de apartamentos e cerca de 177 camas, distribuídas em quartos individuais, de casal e coletivos;

- Refeitório com refeições variadas, preparadas com atenção e, em grande parte, com produtos orgânicos cultivados no próprio centro;
- Auditórios com capacidade para até 200 pessoas e salas menores para encontros e oficinas;
- Salas de reunião, secretaria com internet e impressão, capela, campo de futebol, quadra de vôlei, espaço de TV e vídeo, churrasqueira, lavanderia e quiosque.

O espaço valoriza práticas sustentáveis, como sistema de captação de água da chuva, poço artesiano, energia solar e cultivo agroecológico, com hortas orgânicas, árvores frutíferas e pequenas criações. Essa atenção ao cuidado com a terra se reflete nas refeições e nas atividades desenvolvidas no local.

Mais do que um espaço de hospedagem, o centro foi pensado como ponto de encontro para diferentes grupos, movimentos sociais e povos indígenas que se reúnem para formação, intercâmbio e mobilização em torno de causas sociais e direitos humanos.

*Adriana de F. Souza de Oliveira, Daniel dos Santos Lima, Eduardo Alves de Oliveira, Francisca Suelem Mafra da Cruz, Ir. Solange de Fátima Lussi, Lara Menegazzo, Martins Rodrigues Putencio, Selcilus Riwu Nuga, Sirlei do Nascimento de Andrade

Sementes que permanecerão de pé

A memória de quem serviu ao lado dos povos indígenas permanece como compromisso e horizonte

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

Janeiro marcou a passagem de mulheres e homens cujas trajetórias estiveram profundamente comprometidas à luta dos povos indígenas. Suas vidas seguem como presença que orienta e fortalece. Missionários, educadores, articuladores, aliados históricos e lideranças que escolheram caminhar onde a injustiça é cotidiana e a resistência, permanente. Deixam um legado que não

se encerra com a morte: foram vidas entrelaçadas à luta concreta por território, dignidade e bem viver. Permanecem de pé, como sementes lançadas em chão fértil.

Unem-se às companheiras e aos companheiros de jornada e a tantos mártires da caminhada indígena e popular, que dedicaram suas vidas ao amor, à justiça e à vida em plenitude para todas e todos.

IRMÃ REGINA ROSA: presença, escuta e profecia

Mulher simples, firme e profundamente comprometida com o Amor solidário, Irmã Regina Rosa, da Congregação de Nossa Senhora de Notre Dame, fez da missão sua forma de existir. Na caminhada junto ao Cimi Regional Sul, tornou-se presença constante ao lado dos povos indígenas da região, partilhando dores, resistências e esperanças, na defesa incondicional de seus territórios, culturas e modos de vida.

Sua atuação esteve enraizada no compromisso. Foi escuta atenta, voz solidária, profetisa desse tempo, denunciou as violências, o racismo e as múltiplas formas de negação de direitos, ao mesmo tempo em que anunciou a justiça, a dignidade e a vida plena.

Serviu, não foi servida. Sua espiritualidade, marcada pela fidelidade ao Evangelho vivido no meio dos povos, sustentava uma prática coerente com a



Foto: Arquivo/A Frente

missão histórica do Cimi. Sua memória permanece como compromisso renovado de continuar ao lado dos que seguem resistindo.

FREI SÉRGIO ANTÔNIO GÖRGEN: fé encarnada na Terra Mãe

Foto: Joana Berwanger/Sul21



Frei Sérgio Antônio Görgen, da Família Franciscana, fez da fé um gesto concreto. Sua opção foi por uma Igreja de sandálias, com os pés fincados na Terra Mãe, a quem buscava proteger e nela semear trigo, milho, arroz, feijão, frutas e esperança, refletando ambientes degradados por mãos gananciosas.

Ao lado dos pobres, dos povos indígenas, quilombolas, trabalhadores sem-terra e pequenos agricultores, foi semente e sementeira, força viva a mover o mundo na direção do Bem Viver, da fraternidade, da solidariedade e da justiça social.

No Rio Grande do Sul e em diversas frentes de atuação, foi presença viva na defesa da agroecologia, das sementes crioulas e da proteção dos territórios. Sua espiritualidade não se apartava da luta concreta: partilhar o pão, cultivar a terra, denunciar a ganância, proteger a vida.

Foi esteio e inspiração para muitos. Um homem cuja fé se traduzia em ação e cuja palavra apontava para um mundo possível, fundado na fraternidade e na justiça social. Sua trajetória reafirma que espiritualidade e compromisso são dimensões inseparáveis de uma mesma escolha.

ANTÔNIO EDUARDO: esperança teimosa em tempos difíceis

Natural de Itabuna (BA), Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira dedicou sua vida à causa indígena. Ingressou no Cimi em 1989 para trabalhar junto ao povo Pataxó Hã-Hã-Hãe, que naquele momento, após a consagração dos direitos indígenas na Constituição Federal, lutava para reconquistar seu território. Desde seu ingresso até sua precoce partida, Antônio Eduardo foi missionário do Regional Leste do Cimi, que abrange os estados de Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo.

Ao longo dos anos, foi coordenador regional e, entre 2019 e 2023, secretário executivo do Cimi, eleito na XXIII Assembleia Geral da entidade. Assumiu a direção num dos períodos mais complexos da história recente do país: avanço de ataques aos direitos indígenas no Congresso Nacional, desmonte da política indigenista, discursos abertamente anti-indígenas no Executivo e, simultaneamente, a pandemia que atingiu com gravidade os povos originários.

Antônio Eduardo foi eleito como secretário executivo na XXIII Assembleia Geral do Cimi, em 2019, e assumiu com firmeza e disposição a tarefa de atuar na direção da entidade num dos períodos mais complexos e desafiadores de nossa história recente, quando os ataques aos direitos dos povos originários avançavam no Congresso Nacional e o poder Executivo foi assumido por setores políticos abertamente anti-indígenas. A volta de práticas autoritárias, o desmonte da política indigenista e o aprofundamento dos discursos de ódio



Foto: Hellen Loures/Cimi

Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira na XXV Assembleia Geral do Cimi, em setembro de 2023, no Centro de Formação Vicente Cañas

acentuaram as perdas provocadas pela pandemia que, nesse mesmo período, abateu-se sobre o mundo e atingiu com especial gravidade os povos indígenas.

À frente do Cimi, Antônio Eduardo lembrou sempre da importância de manter a esperança e buscar na resistência teimosa dos povos originários a inspiração para enfrentar as adversidades. "A luta desses povos nos ensina que é preciso resistir, é preciso continuar", afirmava. E foi seguindo esse exemplo que, mesmo em meio a um período sombrio e um contexto desafiador, ele persistiu animando todo o Cimi a continuar firme

e determinado na caminhada ao lado dos povos indígenas – como eles, sem arrefecer.

Como secretário executivo, fez sempre questão de lembrar os princípios aprendidos e construídos durante sua atuação na base do Cimi, missão à qual regressou assim que cumpriu seu serviço na direção da entidade. Articulação, diálogo, participação e presença solidária junto aos povos originários foram sempre as bases que considerava primordiais para a atuação missionária do Cimi, fundamentos que colocou em prática durante toda a sua trajetória.

GRACIELA CHAMORRO: palavra, escuta e formação

Graciela Chamorro dedicou sua vida, de forma incansável, à defesa da vida e dos direitos dos povos indígenas. sua vida ao convívio respeitoso com os povos Guarani.

Aprendiz e professora junto aos povos Guarani, Graciela foi mestra na arte do conviver, do escutar e do respeitar os modos próprios de ser indígena. Sua atuação marcou de modo especial o Mato Grosso do Sul, no convívio com os Guarani Kaiowá e Nandeva, mas estendeu-se também ao Sul do Brasil, ao Paraguai e à Argentina.

Escritora, linguista, antropóloga, teóloga, missionária e amiga, fez da palavra Guarani fundamento de educação, espiritualidade e reflexão teológica, sempre a partir do chão indígena e de suas próprias categorias, em diálogo profundo e respeitoso.

No trabalho de formação e na assessoria às comunidades, bem como a educadoras e educadores indígenas, Graciela contribuiu de maneira decisiva para o fortalecimento da autonomia, da valorização cultural e dos processos de resistência do povo Guarani.

Sua vasta produção intelectual constitui um legado inestimável. Entre suas obras, Terra Madura – Yvy Araguayje, que permanece como palavra viva, amadurecida na caminhada com os povos indígenas.

CICINHO JERIPANKÓ: território como corpo e memória

No sertão alagoano, Cícero Pereira dos Santos, conhecido como Cicinho Jeripankó, teve sua vida dedicada à resistência e à dignidade do povo Jeripankó e de todos os povos indígenas de Alagoas.

A trajetória de Cicinho evidencia pilares fundamentais da causa indígena. Um deles é a educação como resistência. Ao lutar por uma educação escolar diferenciada, Cicinho garantiu que as futuras gerações Jeripankó não apenas aprendessem os conteúdos formais, mas que o fizessem sem perder o vínculo com suas tradições e saberes.

Cicinho vinculava a terra ao corpo e à memória, se destacando não apenas na luta pela demarcação, mas na defesa da Caatinga, o meio ambiente de seu povo, e na defesa da arqueologia como um direito sendo ele um dos pioneiros da discussão no Nordeste. Para Cicinho, o território não é apenas um pedaço de chão, mas o lugar da ancestralidade. Sua atuação foi crucial para assegurar que a identidade do povo permanecesse viva em meio às pressões no sertão alagoano.

Em suas falas, rendia obediência à sabedoria da Caatinga. Sua visão sobre a convivência com o semiárido é uma lição de sustentabilidade para o mundo contemporâneo, provando que os povos originários são os maiores guardiões da biodiversidade brasileira.

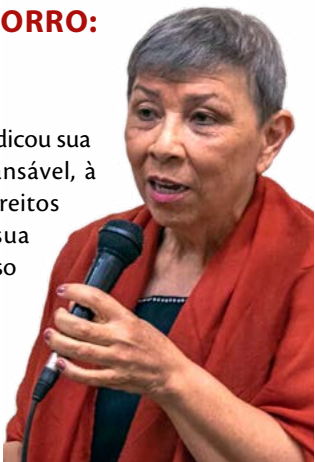


Foto: Fábio Grupp



Foto: Arquivo/Cimi-NE



Foto: Ascom CIR

Movimento Indígena de Roraima iniciou mobilização para pedir justiça com a pergunta: "Quem matou Gabriel?".

Morte de jovem liderança Wapichana expõe contexto de negligência e violação de direitos enfrentado pelos povos indígenas

Após dez dias de buscas, Gabriel Ferreira foi encontrado sem vida em Roraima. Movimento indígena cobra investigação rigorosa, responsabilização dos envolvidos e proteção às comunidades

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

A morte de Gabriel Ferreira não é um episódio isolado. É um fato que se inscreve em um histórico contínuo de violência contra os povos indígenas de Roraima.

Jovem liderança do povo Wapichana, da região de Amajari, Gabriel atuava como coordenador regional da juventude, secretário regional das lideranças indígenas e comunicador da Rede Wakywaa. Era presença ativa nas mobilizações e na defesa dos direitos coletivos.

Gabriel desapareceu no dia 1º de fevereiro e, após dez dias de buscas, seu corpo foi encontrado às margens da RR-203, nas proximidades de sua comunidade, mas fora da Terra Indígena Araçá. Há fortes indícios de que o jovem foi brutalmente assassinado. A carta divulgada pelo movimento indígena no dia 20 de fevereiro denunciou sinais de tortura e classificou o caso como expressão extrema de um contexto mais amplo de negligência, omissão e violação de direitos.

A pergunta que ecoou nas comunidades foi direta: quem matou Gabriel?

O Conselho Indígena de Roraima (CIR) exigiu investigação rigorosa, célere, imparcial e transparente, com responsabilização de todos os envolvidos. Até o momento não há respostas claras das autoridades sobre as circunstâncias do crime. Ronadson Raposo, agente de Polícia Civil que está à frente da investigação, afirmou que a Secretaria de Segurança Pública trabalha na apuração do caso e aguarda os laudos oficiais.



Foto: divulgação/CIR

Gabriel Ferreira, jovem liderança e comunicador do povo Wapichana

"Estamos aguardando a manifestação dos médicos que examinaram o corpo e do Instituto de Criminalística, responsável pelos exames na motocicleta e no local onde o corpo foi encontrado. A partir desses resultados, as diligências terão continuidade", declarou.

A assessoria jurídica do CIR formalizou denúncias à Polícia Civil e acionou o Ministério dos Povos Indígenas, a Polícia Federal, o Ministério da Justiça e o Ministério Público Federal, solicitando acompanhamento do caso e proteção às comunidades.

O luto transformou-se em mobilização

No dia 17 de fevereiro, na Comunidade Indígena Novo Paraíso, Terra Indígena Araçá, cerca de 500 lideranças das regiões Surumu, Alto Cauamé, Baixo Cotingo, Raposa, Serras, Amajari, Serra da Lua, Tabaio e Murupu participaram de ato público pedindo justiça.

Com cantos tradicionais, cartazes e manifestações de dor, jovens e lideranças reafirmaram que não aceitarão silêncio nem impunidade. A mobilização percorreu trecho da rodovia até o local onde o corpo foi encontrado, transformando o espaço da violência em território de denúncia.

A morte de Gabriel revela a vulnerabilidade das juventudes indígenas em contextos de conflitos territoriais e violência estrutural. Ao mesmo tempo, expõe a capacidade organizativa das comunidades que, diante da dor, transformam o luto em mobilização por justiça.

Gabriel era descrito como jovem comprometido, atuante, dedicado à luta coletiva. Sua trajetória interrompida não apaga o que construiu. A mobilização em seu nome segue e reafirma que a defesa da vida, do território e da dignidade indígena será sempre urgente. Não se trata apenas de esclarecer um crime, mas de enfrentar o contexto de violência que o tornou possível.



Foto: Ascom CIR

Lideranças indígenas globais firmam pacto contra mineração predatória e em defesa de povos isolados

Encontro na Indonésia reuniu comunidades da Amazônia e do sudeste da Ásia para a criação de rede internacional de proteção territorial

Por Assessoria de Comunicação – Cimi

Representantes de povos indígenas de diferentes continentes reuniram-se, entre os dias 26 e 29 de janeiro, na capital da Indonésia, Jacarta, para o International Indigenous Knowledge Exchange and Solidarity Gathering on Nickel Mining, Territorial Defense, and Indigenous Peoples in Voluntary Isolation (Encontro Internacional de Intercâmbio de Conhecimentos Indígenas e Solidariedade sobre Mineração de Níquel, Defesa Territorial e Povos Indígenas em Isolamento Voluntário).

O evento, organizado pela Aliansi Masyarakat Adat Nusantara (AMAN), maior rede indígena da Indonésia, contou com a participação de delegações da América do Sul, incluindo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), por meio de sua Equipe de Apoio a Povos Livres (EAPIL).

O objetivo do encontro foi construir uma frente comum de resistência aos impactos da expansão global da mineração de níquel (estratégica para a transição energética) e reforçar mecanismos de defesa dos territórios tradicionais, com foco especial na proteção dos povos indígenas em isolamento voluntário.

Presente no evento, Gilderlan Rodrigues, coordenador da EAPIL, destacou a importância do diálogo direto entre comunidades afetadas.

“Não se trata apenas de trocar experiências, mas de tecer uma rede de solidariedade que ultrapasse fronteiras. O que ocorre na Indonésia com a mineração de níquel tem espelho na pressão sobre as terras indígenas na Amazônia”, afirmou.

Participaram ainda organizações como a GTI-Piaci, rede sul-americana de proteção aos povos isolados e de recente contato, da qual o Cimi faz parte, e outras instituições internacionais parceiras.

Mineração e paradoxo da transição energética

Um dos eixos centrais do encontro foi a crítica ao modelo de transição energética baseado na intensificação da mineração em terras indígenas. Com a demanda global por níquel – usado em baterias de veículos elétricos –, nações como a Indonésia têm aberto novas fronteiras de exploração, muitas vezes



Representantes de povos indígenas de diferentes continentes reuniram-se, entre os dias 26 e 29 de janeiro, na capital da Indonésia, Jacarta

em áreas protegidas ou de ocupação tradicional.

“Falamos de um mesmo roteiro de violação: concessões feitas sem consulta prévia, desmatamento, contaminação de rios e a ameaça direta a povos que escolheram viver isolados”, relatou uma liderança da AMAN.

Proteção aos isolados vira prioridade global

A situação dos povos em isolamento voluntário foi tratada como emergência internacional. Participantes relataram que, tanto na Amazônia quanto nas ilhas da Indonésia, a pressão mineral coloca esses grupos em risco iminente de genocídio e contato forçado.

A atuação conjunta de redes como o GTI-Piaci e a EAPIL buscou consolidar protocolos de proteção territorial que possam ser adotados por governos e organismos multilaterais. “A defesa desses povos é a medida da nossa humanidade. Se não garantirmos seus territórios, estaremos compactuando com sua eliminação”, enfatizou Rodrigues.

Carta de Jacarta e próximos passos

Ao final do encontro, as organizações presentes elaboraram uma declaração conjunta, chamada Carta de Jacarta, que será levada a instâncias como a ONU e a Organização dos Estados Americanos (OEA). O documento reforça a exigência de consentimento livre, prévio e informado para qualquer projeto em terras indígenas, a moratória de mineração em áreas de povos isolados e a criação de fundos internacionais para a vigilância territorial comunitária.

O grupo também aprovou a formação de uma força-tarefa indígena transcontinental, que dará continuidade ao intercâmbio de informações e apoiará campanhas de incidência política nos países envolvidos.

Para o Cimi, a participação no evento consolida um eixo de atuação internacionalizado. “Estamos fortalecendo alianças concretas na luta pelo Bem Viver, que só é possível com território protegido e justiça socioambiental”, concluiu Rodrigues.



Um dos eixos centrais do encontro foi a crítica ao modelo de transição energética baseado na intensificação da mineração em terras indígenas



Rodrigues: “Estamos fortalecendo alianças concretas na luta pelo Bem Viver, que só é possível com território protegido e justiça socioambiental”

Foto: Divulgação/Cimi

Fotos: Divulgação/Cimi

Mobilização indígena faz governo federal recuar e revogar o Decreto nº 12.600/2025

Por mais de um mês, quase 2 mil indígenas ocuparam o terminal da empresa Cargill, em Santarém (PA), a gigante global do agronegócio

Por **Adi Spezia** e **Hellen Loures**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

A defesa dos rios Tapajós, Madeira e Tocantins ecoou de Santarém a Brasília. Após mais de um mês de ocupação do terminal da Cargill, em Santarém (PA), e da mobilização de quase 2 mil indígenas do Tapajós, o governo federal anunciou, no dia 23 de fevereiro a revogação do Decreto nº 12.600/2025.

O anúncio foi realizado pelos ministros Guilherme Boulos, da Secretaria-Geral da Presidência da República, e Sônia Guajajara, dos Povos Indígenas, após se reunirem com lideranças do movimento. A decisão do governo federal de revogar o decreto foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) do dia 24 de fevereiro.

Boulos afirmou que a decisão foi resultado da mobilização indígena e do processo interno de discussão no governo. “Os povos indígenas vêm de uma manifestação de mais de 30 dias questionando o decreto, apontando os efeitos que poderiam ter para suas comunidades, também para quilombolas e ribeirinhos. A Secretaria-Geral da Presidência e o Ministério dos Povos Indígenas têm feito o diálogo nesse período e, após um processo de discussão dentro do governo, que ouviu várias posições, firmou-se a decisão pela revogação do Decreto nº 12.600”, disse o ministro.

Lideranças indígenas dos 14 povos do Tapajós já estavam em Brasília, entre 23 e 27 de fevereiro, para cobrar a revogação do Decreto nº 12.600/2025, quando o governo federal anunciou a decisão. A medida foi editada pelo próprio governo federal em agosto do ano passado. Ela incluía os rios Madeira, Tocantins e Tapajós no Programa Nacional de Desestatização (PND), concedia a empresas privadas a realização de dragagem e o controle do tráfego de embarcações nessas áreas. A proposta impactava de forma irreversível os territórios indígenas e de outras comunidades tradicionais, como ribeirinhos e quilombolas, além da biodiversidade e dos ecossistemas locais.

A reação empresarial veio por meio de um pedido de reintegração de posse na Justiça, numa tentativa de encerrar a mobilização pela via judicial. O gesto, contudo, produziu efeito inverso. No dia 21 de fevereiro, quando o protesto completou um mês sem que houvesse revogação do decreto, os manifestantes ampliaram a ocupação para a área interna do terminal, intensificando a pressão sobre o governo federal.

A ampliação da ocupação marcou um ponto de inflexão no conflito. A pressão pública e política se intensificou e o governo federal anunciou, dois dias depois, a revogação do Decreto nº 12.600/2025 – decisão reconhecida pelas lideranças como resultado direto da mobilização.

“Hoje, entra para a história como o dia da revogação do Decreto nº 12.600, uma conquista construída com coragem, união e resistência”, afirma Auricélia Arapiun, liderança do povo Arapiun, que participou de mobilização na capital federal junto com outras 35 lideranças do Tapajós.

Do terminal da Cargill, Alessandra Korap, liderança do povo Munduruku, conta que essa conquista é fruto da luta dos povos do Tapajós. “Aqui estamos na Cargill obrigando o governo a revogar o Decreto 12.600. Isso é resistência do Tapajós. Conseguimos derrubar a usina hidrelétrica de São Luís Tapajós. E agora conseguimos revogar o decreto que privatiza os três rios. Isso é muita luta, isso é acreditar na força da natureza, isso é acreditar no nosso corpo, na nossa alma”, conta Alessandra.



Foto: Coletivo Apoena

Ocupação do terminal da Cargill

Desde o dia 21 de janeiro, indígenas da região do rio Tapajós passaram a ocupar o terminal da empresa estadunidense Cargill, em Santarém (PA). A mobilização tinha como objetivo denunciar e resistir ao avanço de um modelo de desenvolvimento considerado predatório, que, segundo as lideranças, ameaça a vida do rio Tapajós e a existência de diversas comunidades tradicionais.

Após 14 dias de ocupação, o governo federal se dispôs a dialogar. À época, os indígenas apresentaram como reivindicações a anulação da licitação para dragagem do rio Tapajós, a revogação do Decreto nº 12.600 e a garantia da consulta prévia, livre, informada e de boa-fé, conforme estabelece a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). As demandas, no entanto, não foram plenamente atendidas naquele momento.

O governo anunciou apenas a suspensão do Pregão Eletrônico e a criação de um Grupo de Trabalho Intermunicipal, sem devolutiva prévia ao movimento indígena. Para as lideranças, a suspensão não equivalia à anulação, e as garantias apresentadas eram consideradas insuficientes para proteger o rio Tapajós e os territórios indígenas.

Durante a mobilização, Alessandra Korap, liderança do povo Munduruku, declarou: “Não iremos tolerar a entrega dos nossos rios às multinacionais do agronegócio. Os rios Tapajós, Madeira e Tocantins pertencem ao povo brasileiro e não serão transformados em estrada para a soja”.

A empresa ingressou na Justiça no dia 20 de fevereiro com pedido de desocupação do terminal, e foi concedido prazo de 48 horas para a liberação das vias de acesso à Cargill. No dia 21, quando a mobilização completou um mês, os manifestantes ampliaram a ocupação para a área interna do terminal.

Em carta aberta, o Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (Cita) afirmou que a decisão “não foi impulsiva, nem violenta. Foi construída coletivamente, a partir da escuta dos mais velhos, de análises jurídicas e políticas e da indignação diante do Decreto nº 12.600”. No documento, os indígenas declararam: “Estamos aqui porque defendemos o direito de existir. Durante trinta dias aguardamos posicionamento oficial do governo federal”.

Na carta, o Cita reforçou a denúncia contra o decreto e afirmou que “os projetos do governo atravessam territórios vivos” e que “os rios não são canais de exportação, são fonte de vida, sustento, memória e identidade”. Ao mesmo tempo, o movimento ressaltou não querer “tratar essa questão como caso de polícia” e exigiu “posicionamento claro da Presidência da República”, além de “diálogo efetivo antes de qualquer decisão que avance sobre os territórios”.

Ao analisar o pedido, o juiz federal Eneias Alexandre Gonçalves Torres, da subseção judiciária da Justiça Federal em Santarém, entendeu que a adoção de medidas para desocupação não seria adequada durante o plantão judicial. O magistrado considerou a presença de mulheres, crianças e idosos entre os manifestantes, apontando risco de agravamento do conflito em caso de uso de força policial.

“Retomamos nosso território sagrado de Vera Paz, que foi invadido pela Cargill anos atrás. Não estamos mexendo nem depredando, é um ato pacífico dos povos indígenas. Foi uma resposta ao governo federal, que não nos deu nenhuma posição sobre a revogação do decreto, e também à Justiça, que nos deu 48 horas para sair”, explicou Auricélia.

A decisão esteve em conformidade com recomendação do Ministério Público Federal (MPF), de 9 de fevereiro, para que não fosse utilizada força policial para impedir as manifestações.

O anúncio da revogação ocorreu diante de cerca de 2 mil indígenas que, após mais de um mês de mobilização, permaneciam no terminal da empresa, mantendo a pressão até a decisão oficial.

Alessandra Munduruku afirmou que a mobilização se fortalecia com a chegada de povos indígenas de outras regiões também impactadas pelo agronegócio. “Quando ferem nossos direitos, a gente avança. Enquanto eles invadem nossas terras, nós ocupamos a Cargill. E agora chamamos aqui de aldeia Tapajós”, declarou.

Auricélia Arapiun também destacou a dimensão espiritual da mobilização. “Eu nunca vou esquecer que houve um cantado lugar que se voltava para o território que a nossa força estava lá. E a nossa força estava. E foi de lá que nós trouxemos toda a força, toda a esperança. Foi uma luta árdua, foi uma luta difícil. Agradecemos todos.”



ARTIGO

Povos do Tapajós apontam caminho para defesa dos bens comuns frente ao colapso

Por **Luis Ventura Fernández**, secretário executivo do Cimi

Povos indígenas do rio Tapajós completaram mais de trinta dias de mobilização na cidade de Santarém com uma demanda muito direta: que o presidente Lula revogasse o Decreto 12.600/2025, que significava na prática a privatização dos rios Tapajós, Tocantins e Madeira, imensas calhas que integram a bacia do Rio Amazonas. O Decreto 12.600/2025 representava a lógica da apropriação do que a ninguém pertence, porque não se sujeita à lógica privatista. O Decreto perseguia a capitalização de três rios para serem alterados e dragados por grandes empresas para servir a interesses econômicos de uns poucos.

A mobilização destemida e insurgente dos povos indígenas pela necessária revogação do Decreto 12.600/2025 fez parte de uma disputa entre duas lógicas antagônicas: de um lado, a defesa dos bens comuns; de outro, a mercantilização de todas as fontes de vida para sustento de um modelo econômico que nos conduziu já a uma situação de colapso ambiental no mundo. Como afirmavam os povos indígenas em uma Carta Aberta ao mundo, publicada no dia 21 de fevereiro, “o que está em jogo não é apenas um decreto, mas o futuro que queremos”.

Qualquer leitura minimamente comprometida com a realidade sabe que a intenção desta privatização era beneficiar o agronegócio exportador, aquele que sangra as veias da terra, pulveriza agrotóxicos e expulsa comunidades na região centro-oeste do país para levar grãos aos principais centros do poder econômico mundial. Para escoar essa produção, o agro precisa chegar com barcos gigantes ao porto graneleiro da transnacional Cargill, na cidade de Santarém (PA); precisamente o local ocupado de forma legítima pelos povos indígenas em resistência.

O excepcional Milton Santos já descrevia o processo perverso da mundialização dos territórios, em que lugares concretos são disponibilizados – e sacrificados – com suas gentes, suas histórias e suas formas de vida, seus conhecimentos e saberes, para atender interesses mesquinhos de uma economia-mundo capitalista que persiste em produzir sofrimento e em exaurir bens naturais que são limitados. A percepção do Rio Tapajós



Foto: Coletivo Apoena

como um simples canal de transporte para o escoamento de produção graneleira aos mercados europeu e estadunidense faz parte dessa cegueira. Alterar o comportamento do rio, a vida das comunidades que nele vivem e das outras formas de existência que nele habitam ou que dele se nutrem, conhecidas ou desconhecidas para o pensamento ocidental, é uma expressão da (ir)racionalidade econômica do mercado.

O Rio Madeira, outro dos rios incluídos no Decreto 12.600/2025, já carrega as marcas da intervenção econômica: foi outrora barrado artificialmente pelas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, onde persiste a exploração ilegal do garimpo. Soma-se a esse cenário o avanço de um projeto de mineração de silvinita – fonte mineral para a produção de potássio, insumo largamente utilizado em monocultivos agrícolas – sobre os territórios do povo indígena Mura, no Amazonas.

O projeto Potássio Autazes foi considerado estratégico por este e pelo anterior governo sob o argumento de produzir potássio para abastecer as necessidades do agronegócio exportador. Enquanto as comunidades aguardam a conclusão do Relatório de Identificação e Delimitação de seus territórios por parte da Funai, a ação do Estado outorgou Licença de Instalação ao empreendimento, que já começou

o desmatamento na área onde pretendem instalar o canteiro de obras. Ainda recentemente, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) autorizou a empresa multinacional Potássio do Brasil a utilizar as águas do rio para seu empreendimento.

No rio Tocantins, o terceiro dos rios colocados à disposição da iniciativa privada pelo Decreto 12.600/2025, avança o projeto de obras para explodir o Pedral de Lourenço, habitat de espécies endêmicas, com o objetivo de tornar o rio apto para a navegação de grandes barcos que carreguem os grãos

do agronegócio para a exportação.

O Decreto 12.600/2025 servia, portanto, a um modelo de expropriação da(s) vida(s), o agronegócio, que, longe de ser motor econômico do país, é um dos setores mais ineficientes e subsidiados pelo poder público. Quão longe, e que vazias, ficam já as cenas-espetáculo da COP 30 com que o Brasil pretendia dizer ao mundo que tinha alguma contribuição séria a oferecer para o enfrentamento das mudanças climáticas. Não há enfrentamento do colapso ambiental sem uma superação definitiva da lógica do capital.

Tudo isto acontece em um momento em que o mundo se estremece pelo avanço da extrema-direita, pela manutenção e ampliação de conflitos armados e pela retomada escancarada da perspectiva colonial por parte dos Estados Unidos. Todos os conflitos deflagrados neste momento, desde a intervenção na Venezuela até o genocídio em Gaza, desde Cuba até Groenlândia ou Ucrânia, têm como base uma disputa pela manutenção da hegemonia e pelo controle dos bens naturais. Daí o retorno da pauta do petróleo, do gás e das chamadas terras raras. E quando falamos de bens naturais estamos falando de territórios concretos. Nunca foi outro o objetivo: sempre se tratou do controle dos territórios e, com eles, dos povos.

Foto: Coletivo Apoena



Foto: Coletivo Apoena



Aproveitando as sombras escuras e violentas das ações coloniais de Donald Trump, a União Europeia (UE) e o Mercosul avançaram recentemente na aprovação de um Acordo Econômico cozinhado durante mais de vinte anos e que irá reproduzir as condições de subalternidade dos países da América do Sul. O esquema é o de sempre: exportar bens naturais para receber produtos industrializados. A mesma lógica que percorreu todos os séculos de colonização e que gerou levantes no nosso continente durante o século XX, até que a máquina neoliberal aplastou quaisquer projetos de independência real e efetiva. O setor que mais se beneficiará no Brasil do Acordo UE-Mercosul volta a ser o agronegócio exportador, aquele mesmo que espera pela silvinita da multinacional Potássio do Brasil no Rio Madeira e aquele que tem, como marco simbólico, na foz do Tapajós, o porto graneleiro da Cargill. É esse o contexto em que se explica a publicação do Decreto 12.600/2025 pelo governo brasileiro. Mas eles não contavam com a luta destemida de povos que, em defesa dos rios e de todos nós, ocuparam o terminal portuário e o escritório da multinacional Cargill e ousaram lançar seus corpos na água para deter uma balsa do Golias do agro.

Todo este cenário acontece também em um momento em que os direitos dos povos indígenas estão sendo desidratados pelo Estado. Ao julgar as ações de controle de constitucionalidade da Lei 14.701/2023, o Estado brasileiro decidiu, mais uma vez, em dezembro de 2025, no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), que o marco temporal é inconstitucional e que os direitos dos povos indígenas são originários. Uma vitória dos povos indígenas que, contudo, ficou ofuscada pela manutenção, na mesma decisão, de dispositivos da lei que abrem as

portas dos territórios indígenas à exploração econômica de terceiros, principalmente pela mineração e, de novo, pelo agronegócio. Uma breve análise das iniciativas legislativas contrárias aos direitos dos povos indígenas que circulam no Congresso Nacional nos últimos trinta anos nos permite afirmar que boa parte de suas pretensões foram aprovadas, agora, pelo STF, em um único golpe: alteração do procedimento administrativo de demarcação, ampliação da indenização a ocupantes não-indígenas, exploração econômica dos territórios e criminalização da luta dos povos por retomar seus territórios. Um retrocesso por desidratação, por erosão e esfacelamento dos direitos indígenas da forma como eles foram reconhecidos na Constituição Federal de 1988.

É nesta encruzilhada histórica que a luta dos povos indígenas do Tapajós emerge destemida, insurgente e resistente e deve ser celebrada e apoiada por toda a sociedade. Porque é a vida o que está em jogo. São as diversas formas, plurais, de ver, pensar e sentir o mundo, de habitar e ser habitado, que estão em jogo. A luta dos

povos indígenas é a luta mais radical porque enfrenta, a partir do território, o modelo econômico que exige justamente sacrificar o(s) território(s) para manter os privilégios e a ganância. A perversidade do modelo capitalista é que ele só cresce na medida em que desapropria, expulsa, despeja; para depois apropriar-se e explorar os lugares. Sempre se tratou dos territórios. E por isso as lutas territoriais incomodam tanto, porque negam ao modelo hegemônico a base de sua acumulação.

O Estado tende sempre a buscar capturar e neutralizar as mobilizações sociais. Faz promessas para tentar acalmar os protestos e assim ganhar tempo enquanto assegura os interesses dos poderes econômicos. É isso que aconteceu no Tapajós desde a COP 30. Diversos agentes do Governo Federal tentaram dissuadir os povos indígenas, falando em consultá-los quando as decisões já estavam sendo tomadas. A lógica do Estado é tão persuasiva que captura e se introjeta inclusive entre aqueles que, vindo de movimentos sociais e da luta por direitos humanos, hoje aceitam dentro do Executivo uma tarefa de contenção das reivindicações de seus companheiros de ontem. O governo brasileiro, durante a mobilização indígena, apresentou propostas de suspensão do edital para a dragagem dos rios, publicado também em dezembro, mas guardou na manga a manutenção do Decreto 12.600. Mas os povos não recuaram. Isso não faz sentido quando falamos da luta dos povos indígenas. Porque esta é uma luta muito maior e os povos só aceitaram a entrega da carta mais valiosa: a revogação do Decreto, Presidente, a revogação do Decreto!

Em um ano em que a democracia brasileira será novamente desafiada por um processo eleitoral de disputa acirrada, os povos indígenas apontam para uma democracia mais radical. Não se trata apenas de defender o governo atual para impedir que retorne o autoritarismo golpista de ontem. É óbvio que precisamos trabalhar para que, nas eleições, estes últimos não passem de novo e que a sociedade transforme a atual equação de forças no Congresso Nacional – o mais reacionário das últimas décadas – e assegure um governo comprometido. Mas uma democracia radical vai além do calculismo do possível e do enquadramento das representatividades. Uma democracia radical consiste em defender os máximos: a defesa irrestrita da vida e dos territórios como forma irreverente de pôr freio ao modelo predatório. Consiste na primazia dos direitos coletivos por cima dos interesses privados. E é isso que, também, está em jogo no ano eleitoral. Não há democracia sem demarcação de terras, sem titulação de territórios quilombolas ou sem uma verdadeira reforma agrária.

Os povos do Tapajós, e com eles muitos outros povos e muitos aliados, completaram trinta e três dias de mobilização social. E com isso abriram possibilidades de um país mais justo, plural e democrático. Para todas e para todos.

Fotos: Comunicação Conselho Indígena Tapajós Arapiuns/Cita



Da retomada do território à universidade: a formatura de uma mulher Kaingang na Terra Indígena Passo Grande do Rio Forquilha

Mais do que um diploma, a formatura em Odontologia de uma jovem indígena reafirma o papel das políticas públicas, das ações afirmativas e da resistência comunitária na construção de novos caminhos

Por *Ivan Cesar Cima* e *Roberto Liebgott*, *Cimi Regional Sul*

A luta do povo Kaingang pela demarcação da Terra Indígena Passo Grande do Rio Forquilha, localizada nos municípios de Caciue Doble e Sananduva, no norte do Rio Grande do Sul, expressa a persistência histórica na defesa de seus direitos originários diante da omissão do Estado e das permanentes disputas fundiárias. Mesmo após o reconhecimento técnico de que se trata de território tradicional, o processo demarcatório permanece paralisado por contestações judiciais e decisões que desconsideram a ocupação histórica indígena, aprofundando a insegurança territorial e social vivida pela comunidade.

Nesse cenário de resistência contínua, a formatura de Tailine Franco, mulher Kaingang da Terra Indígena Passo Grande do Rio Forquilha, assume um significado que ultrapassa a dimensão individual. Sua conclusão do curso de Odontologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), celebrada no dia 31 de janeiro de 2026, constitui-se como um ato político coletivo, que evidencia a relação indissociável entre território, educação e dignidade para os povos indígenas.

A celebração ocorreu no próprio território reivindicado pelos Kaingang e reuniu comunidade, familiares e apoiadores. Em um espaço ainda marcado pela fragmentação territorial e pela negação de direitos, o diploma de Tailine simbolizou mais do que uma conquista acadêmica: representou a permanência de um povo que resiste às tentativas históricas de apagamento, seja pela violência fundiária, seja pela exclusão educacional.

Filha de um processo de retomada territorial iniciado nos anos 2000, Tailine cresceu em acampamentos precários, à beira de estradas, em um contexto de insegurança jurídica, racismo e criminalização da luta indígena. Sua trajetória pessoal revela, de forma concreta, os impactos da morosidade do Estado na demarcação das terras indígenas, bem como a importância das políticas públicas de inclusão no enfrentamento das desigualdades estruturais.

Ao acessar e permanecer na universidade pública, Tailine atravessou espaços que historicamente não foram pensados para corpos indígenas. Como tantas outras



Tailine Franco, mulher Kaingang

estudantes indígenas no país, enfrentou o racismo cotidiano, o racismo institucional e o permanente questionamento de sua presença. Sua formatura expõe uma contradição central da sociedade brasileira: quando o Estado garante direitos — como o acesso ao ensino superior por meio de ações afirmativas — os povos indígenas demonstram sua capacidade de produzir conhecimento, ciência e cuidado; quando esses direitos são negados, produz-se sofrimento social evitável.

Luta pelo território

Essa trajetória não pode ser dissociada da luta territorial. A Terra Indígena Passo Grande do Rio Forquilha teve seus estudos de demarcação concluídos e sua portaria declaratória publicada. No entanto, decisões judiciais fundamentadas na tese do marco temporal buscaram anular esse reconhecimento, como

se a memória, a presença e a história dos povos indígenas tivessem data de validade. Apesar de o Supremo Tribunal Federal ter declarado a inconstitucionalidade dessa tese, a realidade concreta segue marcada pela fragmentação: apenas uma pequena parte dos quase três mil hectares declarados encontra-se hoje sob posse do povo Kaingang.

Nesse contexto, a celebração da formatura de Tailine também se torna um gesto de denúncia. Não há educação plena sem território garantido. Não há futuro possível para os povos indígenas sem a efetivação do direito originário à terra. Cada jovem indígena que chega à universidade carrega consigo a luta de sua comunidade, e cada diploma conquistado reafirma a urgência da demarcação das terras indígenas como política estruturante de justiça social e ambiental.

Depoimento

Durante a celebração, Tailine fez um depoimento que sintetizou essa dimensão coletiva de sua conquista, recuperando memórias da luta territorial, destacando o papel das políticas de ações afirmativas e reafirmando que nenhuma vitória indígena é individual, mas fruto da resistência de famílias, comunidades e povos inteiros.

Ao final da celebração, entre rezas, danças, palavras e partilha, reafirmou-se uma certeza ancestral: o povo que cuida da terra não será esquecido. A história de Tailine Franco demonstra que a luta pela demarcação das terras indígenas não se restringe à disputa por hectares, mas diz respeito à possibilidade concreta de futuro, de permanência e de florescimento coletivo.

A formatura de uma mulher Kaingang em Passo Grande do Rio Forquilha revela, com clareza, que quando a terra resiste, o povo floresce — e que cada direito garantido produz frutos que ultrapassam gerações.



A celebração ocorreu no próprio território reivindicado pelos Kaingang

Foto: Ivan Cesar Cima/Cimi Regional Sul

Foto: Arquivo Formatura Tailine Franco

Confira depoimento de Tailine:

Acredito que muitas das pessoas presentes acompanharam a nossa trajetória de luta desde 2004, quando iniciamos a retomada do território Passo Grande do Rio Forquilha, além de tantas outras situações delicadas e dolorosas que enfrentamos enquanto família e enquanto comunidade.

Trago hoje algumas memórias pessoais, mas que também são coletivas, para refletirmos sobre a importância desta conquista. Durante sete anos de acampamento, vivemos sem energia elétrica, sem saneamento básico, sem banheiro, com pouco acesso à saúde e à educação diferenciada para o nosso povo Kaingang. Infelizmente, essa não é uma realidade isolada: muitos parentes ainda vivem nessas mesmas condições enquanto lutam pela demarcação de seus territórios.

Diante disso, como se permitir sonhar? Sonhar em ser dentista, médica, enfermeira, psicóloga — ou qualquer outra profissão — se, desde muito cedo, nos é apresentada uma realidade dura, em que tudo isso parece tão distante, quase impossível?

Mas eu consegui. E muitos outros indígenas também conseguiram sonhar, ingressar na universidade, se formar, transformar a realidade de suas famílias e levar um atendimento específico às suas comunidades. Isso só foi — e é — possível graças às políticas de ações afirmativas, às cotas e às políticas de permanência e apoio estudantil.

Por isso, deixo aqui meu respeito e meus parabéns a todos os estudantes indígenas que seguem incansáveis na luta todos os dias. Nossas conquistas, enquanto indígenas, nunca são — e nem serão — individuais, e esta não seria diferente, pois sempre tive o apoio da minha comunidade, parentes, amigos e conhecidos, além do apoio e incentivo incansáveis da minha família.

Aos meus pais, Ireni e Marcelina, que trabalharam — e trabalham — muito para que pudéssemos ter a chance de sonhar. Mesmo tendo apenas a quarta e a quinta série, com trabalho duro e muita persistência, junto com meu irmão Leonir, conseguiram formar dois técnicos em enfermagem, um professor e, hoje, uma cirurgiã-dentista. Muito obrigada por tudo. Esse mérito é de vocês.

Durante esses anos de graduação, vi meus pais enfrentarem as mais diversas e dolorosas situações. Meu pai nos criou com dignidade, trabalhando na colheita da maçã. Minha mãe, como cozinheira, vendendo roupas pela região, vendendo pães, cucas e tudo mais — quem a conhece sabe que ela sempre esteve lutando e o quanto



Foto: Arquivo Formatura Tailine Franco
A conclusão do curso de Odontologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), celebrada no dia 31 de janeiro de 2026, constitui-se como um ato político coletivo

essa mulher é guerreira. Se um dia eu for metade do que essa mulher é, já estarei satisfeita.

Meu pai não pôde estar presente em muitos momentos importantes da minha vida. Desde 2014, perdemos celebrações como meus 15 anos, a formatura do ensino médio, a de técnica em enfermagem e até mesmo a minha entrada na faculdade. Essas celebrações não aconteceram porque sempre faltava uma parte da família, pela realidade que muitos aqui conhecem.

Por isso, este momento é muito especial: é a primeira vez que meu pai, minha família e todos vocês presenciam a celebração da minha primeira formatura. Hoje, infelizmente, nossa família segue incompleta pela perda do meu irmão Leonir. Mas tenho certeza de que, de onde ele está, celebra essa conquista conosco e se orgulha, pois este também era seu desejo. Foi um sonho que a nossa família sonhou, sempre juntos.

Meus agradecimentos também aos meus irmãos William e Edimo, que, dentro de suas possibilidades, sempre estiveram à disposição para me ajudar nesses sete anos de faculdade. Também ao meu namorado, Ruan, pelo apoio e incentivo nos últimos três anos de graduação.

Essa conquista representa tanta coisa para nós, mas, especialmente, muito trabalho duro, sacrifício e superação ao longo destes anos. Dizem que, para vencer, basta força

de vontade e trabalho; entretanto, esquecem que as oportunidades nunca foram iguais para nós, indígenas. Tudo é conquistado através de muita luta.

Se fosse apenas trabalho duro, muitas realidades já teriam sido transformadas há muito tempo. Minha família me deu o suporte essencial, mas jamais teria condições de arcar com uma faculdade particular de odontologia. Foi graças à luta do povo brasileiro, dos movimentos sociais e do movimento indígena que hoje a universidade pública recebe indígenas e nos oferece condições mínimas de permanência, como bolsas e auxílios e, no meu caso, até apoio para a compra de materiais odontológicos.

São essas políticas públicas que garantem que pobres, pretos, indígenas, quilombolas e outras populações historicamente excluídas tenham acesso a uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Assim, compartilho com vocês a minha aprovação no programa de residência na Atenção Básica em Saúde da Família e Comunidade, na Escola de Saúde Pública de Porto Alegre. Através da reserva de vagas de ações afirmativas para indígenas, darei continuidade à minha formação, com mais dois anos de estudo e dedicação à profissão que escolhi.

Ainda assim, mesmo sendo pública, a universidade continua sendo majoritariamente acessada pela elite. Enfrentamos diversos tipos de racismo, dentre eles o racismo institucional, além das inúmeras dificuldades de pertencimento em um espaço que não foi pensado para nos receber, reconhecer a nossa capacidade e valorizar o conhecimento ancestral que carregamos enquanto indígenas.

Também enfrentamos a saudade de casa. Perdemos almoços de domingo, aniversários e despedidas. No meu caso, não consegui me despedir de pessoas muito especiais: minha vó Maria, Farofa, Ricardo e até mesmo a minha Nina. Que vocês estejam em paz e celebrando conosco hoje.

Por isso, aos que estão aqui hoje, especialmente os jovens: que os profissionais indígenas sejam inspiração para que vocês sigam a própria jornada, que, apesar dos inúmeros desafios, no final valerá a pena.

Hoje temos oportunidades de ocupar espaços que historicamente nos foram negados — e seguimos lutando para que cada vez mais indígenas ocupem esses lugares, se sintam pertencentes e plenamente capazes de estar onde sempre foi nosso por direito.

Que cada vez mais Kaingang se formem e lutem pelo seu povo!

Assine o PORANTIM

EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – Depósito Bancário ou PIX:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco – Ag.: 0606 – C/C: 144.473-5

PIX: adm.porantim@cimi.org.br

Envie cópia do depósito por e-mail,
 correios ou WhatsApp

SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul
 Brasília-DF – CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 9 9628-4565

(61) 2106-1650 / 2106-1655

www.cimi.org.br

CONSTRUINDO UM
 MUNDO SEM MALES!

Ass. anual: R\$ 130

Ass. dois anos: R\$ 190

América Latina: US\$ 55

Outros países: US\$ 90

Assinatura de apoio: R\$ 170

Com ela você contribui para
 o envio do jornal a diversas
 comunidades indígenas do país

Memórias subversivas da vida subversiva de Pedro Casaldáliga

Por **Juan José Tamayo**, teólogo espanhol, publicado por *Religión Digital*, em 22 de fevereiro de 2026

Não quero deixar passar despercebido o dia 16 de fevereiro, aniversário de nascimento de Pedro Casaldáliga. E quero comemorá-lo oferecendo uma reflexão subversiva sobre sua vida igualmente subversiva e as causas pelas quais lutou, colocando-as até mesmo acima de si próprio.

Teopoeta da libertação

Pedro Casaldáliga foi um “poeta da vida e da palavra inseparáveis”, como o definiu o poeta e professor de Estética da Universidade de Barcelona, José María Valverde, e um “teopoeta da libertação”, como eu, juntamente com Rubem Alves e Ernesto Cardenal, o descrevemos com propriedade. Ele era um esteta da palavra encarnada, um mestre da expressão eloquente, que para ele era “ser”, “viver” e “fazer”. Sua poesia não é escapista; pelo contrário, está ancorada na realidade, imbuída de indignação e tristeza pela injustiça e pela fome sofridas — e ainda sofridas — pela maioria da população mundial.

Ele analisava a realidade pelos olhos dos mais vulneráveis, dos empobrecidos e dos oprimidos, que, como ele mesmo dizia, “enxergam com uma luz diferente”. Foi essa luz que o levou a criticar o neoliberalismo, que chamou de “a grande blasfêmia do século XXI”. Mas ele não se limitou à crítica e à denúncia; em plena era neoliberal, foi um “trabalhador da utopia” por *Outro Mundo Possível*, em consonância com a proposta do Fórum Social Mundial, que realizou sete encontros no Brasil. Essa utopia de libertação, que ele não considerava um ideal inatingível, mas sim uma meta que pode ser alcançada por meio do compromisso com o caminho da “esperança contra toda esperança”.

Ele foi também um profeta de olhos abertos que despertou as consciências adormecidas de muitos cidadãos complacentes e cristãos que, nas palavras do escritor francês Georges Bernanos, são “capazes de se acomodar confortavelmente sob a cruz de Cristo”. Foi um revolucionário universalista que acreditava “na Internacional de cabeças erguidas, de vozes faladas por iguais e de mãos unidas”, e acompanhou as revoluções que ocorreram na América Latina, inclusive com sua presença física, como no caso da revolução sandinista.

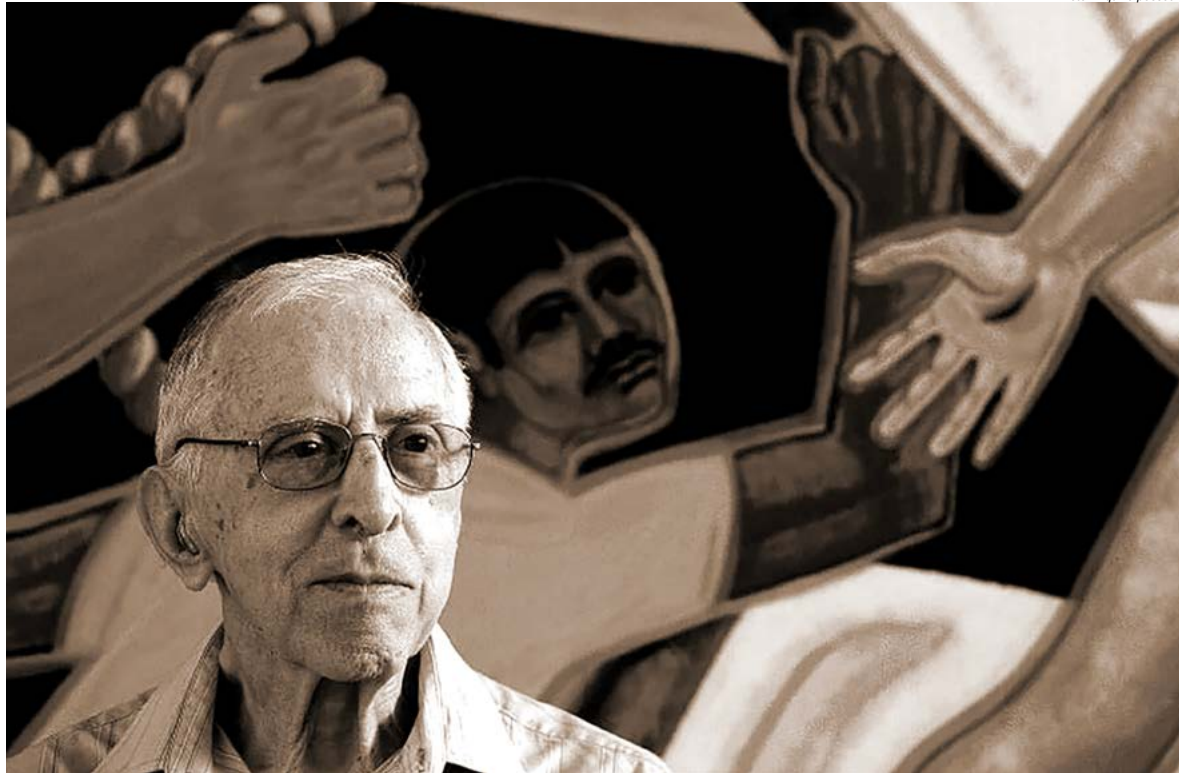


Foto: Arquivo pessoal

Intelectual compassivo

Casaldáliga atuou como um intelectual crítico, inconformista e compassivo em relação às vítimas do colonialismo, do capitalismo, do patriarcado, da aporofobia e da exploração da Terra. Ele foi, sem dúvida, um dos intelectuais mais perspicazes da América Latina, oferecendo narrativas alternativas aos relatos oficiais do sistema, construindo espaços para a coexistência e o diálogo simétrico em vez de campos de batalha e monólogos, desestabilizando a (des)ordem estabelecida e revolucionando mentalidades arraigadas.

Ele criticava todos os poderes: políticos, religiosos, econômicos, incluindo os poderes ocultos da Santa Sé, chegando a ousar pedir ao Papa João Paulo II que deixasse o Vaticano e seguisse o caminho do Evangelho. Confrontou e expôs os grandes sistemas de dominação apenas com palavras e com o exemplo de sua vida.

Outra de suas escolhas fundamentais foi a ecologia, seguindo o exemplo do ecologista Francisco de Assis. Juntamente com seu colega e amigo próximo Tomás Balduino, bispo de Goiás, ele criou a Comissão Pastoral da Terra no âmbito da Conferência Episcopal Brasileira, que apoiou as lutas e reivindicações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Ele afirmou o direito dos povos indígenas, os primeiros ambientalistas, ao seu território, que havia sido apropriado por latifundiários que os exploravam sem qualquer compaixão pela terra ou por seus legítimos habitantes. Exigiu o reconhecimento dos direitos da Mãe Terra (Pachamama), que os

povos indígenas consideram sagrada e com quem formam uma comunidade eco-humana. A melhor representação simbólica de sua consciência ecológica foi a Missa da Terra Sem o Males.

Espiritualidade contra-hegemônica

Na esfera religiosa, destacou-se como missionário a serviço dos setores mais vulneráveis da sociedade, místico solidário aos processos revolucionários, contemplativo no movimento de libertação, bispo na rebelião e insurreição evangélica e pastor a serviço do povo. Viveu uma espiritualidade contra-hegemônica e anti-imperialista.

“De uma perspectiva cristã”, afirma ele, “o lema é muito claro (e muito exigente), e Jesus de Nazaré o deu a nós...: contra as políticas opressoras de qualquer império, as políticas libertadoras do Reino. Aquele reino do Deus vivo, que pertence aos pobres e a todos aqueles que têm fome e sede de justiça. Contra a agenda do império, a agenda do Reino”.

Ele pregava o Reino de Deus em luta contra o Império e criticava a Igreja “quando ela não coincide com o Reino”. Vale lembrar aqui o poema intitulado “Ode Contra Reagan”, que nos remete à ode que Rubén Darío dedicou a Roosevelt.

Pais e mães da Igreja Latino-Americana

Casaldáliga seguiu os passos dos bispos que José Comblin chama de “Pais da Igreja da América Latina”, que puseram em prática o Pacto das Catacumbas, assinado por quarenta bispos na Catacumba de Santa Domitila, em Roma, em novembro de 1965, durante a quarta sessão do Concílio Vaticano II, e posteriormente acompanhado por mais de quinhentos. Eles optaram por uma Igreja pobre dos pobres, denunciaram ditaduras, foram perseguidos, arriscaram suas vidas e alguns foram assassinados, tornando-se mártires, como o Arcebispo Romero, Juan Gerardi e Angelelli. Foram



submetidos a julgamentos, vigilância policial, investigações inquisitoriais por congregações do Vaticano, sofreram condenações e até mesmo foram destituídos de seus cargos episcopais.

Eu me pergunto se existiram e ainda existem “Mães da Igreja das Américas”, e respondo que sim, mas elas só foram reconhecidas muito tarde. Essa falta de reconhecimento é a melhor prova da persistência do patriarcado, mesmo na Teologia da Libertação.

“Minhas causas são mais importantes que minha vida”

Pedro Casaldáliga afirmou repetidamente: “As minhas causas são mais importantes do que a minha vida.” E assim foi. No livro, dedico um longo capítulo a essas causas, destacando cinco que considero as mais importantes:

A causa das comunidades afrodescendentes, indígenas e camponesas submetidas ao colonialismo, ao racismo e ao capitalismo desenfreado. Sua Missa da Terra Sem Males é a melhor expressão de sua solidariedade e identificação com os povos indígenas. Sua Missa dos Quilombos constitui o maior reconhecimento da dignidade dos povos afrodescendentes submetidos à escravidão durante séculos e ainda hoje, e da defesa de sua identidade cultural e religiosa e de seus territórios.

Ela defendeu a causa das mulheres discriminadas por serem mulheres, por serem pobres, por pertencerem à classe trabalhadora ou a culturas e etnias indígenas: mulheres desprezadas e submetidas à violência pelo patriarcado político e religioso, chegando ao ponto do feminicídio, e por praticarem espiritualidades e religiões que não correspondem às chamadas “grandes religiões”. Ela abraçou a causa das mulheres camponesas, indígenas, negras e prostitutas, cuja marginalização social denunciou.

- A causa da Terra, considerada sagrada pelas comunidades indígenas, objeto de direitos e não de corrupção.

- A causa do diálogo inter-religioso, intercultural e interétnico. Ele não impôs sua fé, nem afirmou que a religião cristã era a única verdadeira, mas respeitou e compartilhou as visões de mundo, espiritualidades e sabedoria das comunidades nativas, dialogando com elas sem arrogância ou complexo de superioridade e sem estabelecer hierarquias, reconhecendo também suas divindades.

- A causa dos mártires, começando com o proto-mártir do cristianismo Jesus de Nazaré e continuando com o padre João Bosco, assassinado em sua presença pela polícia, Monsenhor Romero, arcebispo profético de San Salvador, a quem ele declarou santo no memorável poema “São Romero da América, Nosso Pastor e Mártir”, e o martírio coletivo dos “índios crucificados”, sobre o qual escreveu um artigo dramático e denunciatório na Revista Teológica Internacional Concilium em 1983.

Casaldáliga é um dos símbolos mais brilhantes da Teologia da Libertação em um momento de ascensão de movimentos religiosos fundamentalistas que estão transformando o panorama religioso e político da América Latina. Ele se tornou um farol de luz na escuridão do presente, em um momento de proeminência da extrema-direita tanto em nível local quanto global, que representa uma ameaça à democracia e uma perversão dos valores originais do cristianismo.

Seus textos, baseados na autenticidade de sua vida, são hoje, em minha opinião, a melhor resposta a essa guinada política de extrema-direita e constituem a base para a proposta de uma alternativa de democracia radical, ou seja, participativa, de base e em todas as áreas: ética, política, econômica, social, trabalhista, cultural, educacional, ecológica, etc.

Ignacio Ellacuría disse: “Com D. Romero, Deus passou por El Salvador”. Ouso afirmar: “Com Pedro Casaldáliga, ‘o Deus de todos os nomes’ passou pelo Brasil.”

270 anos depois, Sepé Tiaraju Vive

Em fevereiro de 1756, na Sanga da Bica, em São Gabriel (RS), soldados espanhóis emboscaram e mataram Sepé Tiaraju, líder guerreiro do povo Guarani

Por **Roberto Liebgott**, Cimi Regional Sul

Em fevereiro de 1756, na Sanga da Bica, em São Gabriel (RS), soldados espanhóis emboscaram e mataram Sepé Tiaraju, líder guerreiro do povo Guarani.

Mas seu corpo jamais foi encontrado. Após o crime, os assassinos não puderam expô-lo como troféu – esse intento frustrou-se.

Os Guarani acreditam que Sepé se fez facho de luz, elevado aos céus por Ñhanderu, de onde ilumina, acompanha e guia o seu povo.

Sepé, portanto, não morreu. Assim como nunca desapareceu da história, apesar das violentas invasões, a sua frase ecoa, dita em prosas e versos:

“Alto lá, essa terra tem dono.”

Sepé Tiaraju vive, assim como sua força poética, sua mística e sua religiosidade, que caminham no contínuo caminhar do povo Guarani.

O povo da Terra Sem Mal, da sensibilidade, da palavra boa, dos sonhos e das memórias que constroem a esperança, apesar das colônias, dos escravagistas, dos invasores, dos devastadores de terras, rios e florestas.

Sepé Vive em seus Herdeiros da Terra.

Tornou-se carne nos corpos indígenas, tornou-se espírito que dá sentido à existência daquelas e daqueles que apenas desejam terra para viver.

Terra negada, rasgada, cercada, consumida como mercadoria e violentada, como os corpos de mulheres e meninas, por homens rudes e criminosos.



Ilustração publicada na Cartilha da Câmara dos Deputados quando Sepé foi incluído no Panteão dos Heróis da Pátria

Passados 270 anos, Sepé vive nos passos Guarani: nas danças, nos cantos sagrados, nas conversas alegres e tristes, nos conselhos dos mais velhos aos jovens. Está na purificação da fumaça do petynguá, cachimbo que compõe o tempo e o espaço, que liga os espíritos à territorialidade.

Sepé Tiaraju também chora: as dores, o sangue derramado, as cercas erguidas, os rios enlameados, as matas arrancadas, o chão pisado e maltratado.

Chora as vidas perdidas nas margens das estradas, sob barrancos, em barracos de lona

preta, onde tantas existências sucumbem.

Ele chora as injustiças que, apesar do tempo, prevalecem. Chora porque os genocídios seguem sendo ferramenta de dominação, opressão e acumulação gananciosa dos bens da natureza, da Mãe Terra.

Sepé vive. Está entre o povo, nas preces, nos cantos, nas místicas. Percorre o espaço infinito das memórias, porque se fez guerreiro santo para os cristãos, mas facho de luz e de vida para os Guarani.

Sepé ainda diz, esta terra tem dono, porque ela foi presenteada por Ñhanderu, tornada Mãe, o lugar de ser e viver – terra que precisa ser cultivada, cuidada, amada e assegurada, sem cercas, sem violência.

Hoje, 270 anos depois, Sepé – certamente – também bradaria:

“Alto lá!

Parem de nos matar!

Demarcação Já!”



Foto: 48ª Romaria da Terra

48ª Romaria da Terra reafirma compromisso com justiça social, demarcação e democracia

Memória que segue em marcha

Em memória aos 400 anos das Missões Jesuíticas e dos 270 anos da morte de Sepé Tiaraju, a 48ª Romaria da Terra retomou o grito que atravessa séculos: “Esta Terra tem dono”. A frase, atribuída à liderança guarani morta em 1756, durante a Guerra Guaranítica, ecoou no Santuário de Caaró (RS) como denúncia das

violações históricas contra os povos originários e reafirmação do direito à terra.

Símbolo da resistência indígena no Sul do país, Sepé tornou-se expressão de uma luta que não se encerrou com sua morte. Ao evocá-lo, a Romaria atualiza a memória como compromisso: demarcação das

terras indígenas e quilombolas, enfrentamento ao racismo e às violências estruturais, defesa da reforma agrária, da agroecologia e da ecologia integral

Mais que lembrança histórica, Sepé é presença política e espiritual em uma caminhada que segue exigindo justiça, território e vida plena.

Indígenas Xetá fazem retomada 70 anos após massacre e quase extinção de seu povo

Pela primeira vez na história, a aliança entre os Xetá lança resistência sobre o massacre de 1840, colocando em evidência as memórias resguardadas ao entorno do médio rio Ivaí

Por **Claudia Weinman**, do *Afronte*,
com entrevistas de **Osmarina de Oliveira** e **Clovis Antonio Brighenti**

Considerados extintos pelo governo brasileiro na década de 1980, em razão da violência extrema a qual foram submetidos, o povo Xetá reúne a resistência de mais de setenta anos em luta, ao iniciar uma retomada em defesa do seu direito à vida. Em 6 de janeiro deste ano, o território ao norte do Paraná foi ocupado por 42 famílias no distrito de Terra Nova, município de São Jerônimo da Serra. Essa é uma área pertencente a um particular daquele município.

Os Xetá reivindicam, com essa retomada, a conclusão da demarcação da Terra Indígena Herarekã Xetá, pela regularização fundiária de parcela de seu território tradicional, sendo esse, um processo iniciado pela Funai em 1999 e até hoje, inconclusivo, devido a utilização do marco temporal por parte da Justiça Federal do Paraná, numa ação movida pela Agropecuária Santa Maria, contra a regularização da TI. A retomada é também, uma homenagem aos ancestrais que, ao encantarem, levaram consigo, o sonho da terra sagrada.

Também denunciam a morosidade da Funai em não efetivar a demarcação e a omissão do governo do estado do Paraná, que faz vistas grossas, como se não tivesse responsabilidade pelo esbulho da terra desse povo. É urgente a devolução da terra e a reparação histórica para os Xetá, que continuam no exílio e vivendo separados. Que a reparação comece pelo reconhecimento da terra retomada.

O massacre

A invasão ao território desse povo pode ser conhecida a partir de uma cronologia construída pelo Conselho Indigenista Missionário, Regional Sul (Cimi Sul) e a Universidade Federal da Integração Latino Americana – Unila, assinada por Osmarina de Oliveira, Clovis Antonio Brighenti, Diego Giuseppe Pelizzari, Paulo Caldas Ribeiro Ramon e Rafael Pacheco, a qual aponta que o “território original do povo Xetá se localizava na bacia do rio Ivaí próximo à sua foz, na região conhecida como Serra dos Dourados, no noroeste paranaense. Sua história foi registrada por exploradores contratados pelos governos provincial e imperial desde a década de 1840, quando expedições viabilizadas pelo Barão de Antonina fizeram contato com alguns grupos no médio rio Ivaí. Desde então, tem-se notícias, relatos, descrições e informações oficiais do governo do Paraná e do governo brasileiro sobre esse povo”.

Esse foi um território invadido, violentado de todas as formas, ainda mais no final da década de 1940 com a expansão do café, “quando o governo do estado do Paraná repassou a terra Xetá às empresas de colonização, primeiro para a Suemitsu Miyamura & Cia. Ltda e retirando posteriormente da Suemitsu Miyamura & Cia. Ltda e repassando a terra para Companhia Brasileira de Imigração e Colonização (COBRIMCO), pertencente ao grupo Bradesco, um dos maiores bancos privados do país”, mostra a cronologia.

Do massacre, restaram oito crianças Xetá, as quais, segundo Osmarina de Oliveira, que é missionária do Conselho Indigenista Missionário, Regional Sul (Cimi Sul), foram levadas para diferentes terras no Paraná.



Segunda Expedição aos Xetá. Antropólogo José Loureiro Fernandes



Uma dessas crianças foi Tikuen, pai do cacique que hoje assume o processo de retomada.

“Tikuen foi levado pelo chefe de posto Dival de Souza do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), para a Terra Indígena do povo Kaingang Barão de Antonina, e posteriormente passou a viver na TI São Jerônimo, município de São Jerônimo da Serra, onde seus remanescentes permaneceram até hoje”, diz Osmarina.

Simbolismo

Foi nesse território de São Jerônimo que Tikuen viveu, o pai de Júlio Cesar da Silva, o cacique que hoje, setenta anos após os episódios de violências e perseguições, assume a retomada Xetá junto do seu povo.

“Essa é uma homenagem ao meu pai que faleceu e não conseguiu conquistar a terra que tanto buscou depois das invasões”, disse Júlio.

Tanto tempo de espera por respostas sobre a demarcação da Terra Indígena Herarekã Xetá, motivou a luta que reorganizou o povo Xetá, por terra, justiça e dignidade. “Vivemos muito tempo em territórios emprestados por outros parentes. Nosso povo viveu separado, espalhado, no Paraná (Curitiba), em Santa Catarina (Chapécó)

e outros locais. Porém, mesmo separados, seguimos lutando, seja encaminhando documentação, resistindo nos territórios, mas sempre existindo”.

Como escrito no início desta reportagem, a década de 1980 é marcada pelo pensamento de apagamento do povo Xetá e estes, foram considerados extintos pelo governo brasileiro, mas a cronologia conduzida pelo Cimi Sul e Unila é fundamental, ao mostrar pesquisas e feitos que trouxeram à tona a presença dos Xetá, até mesmo pelo “desenvolvimento do Projeto Memória Indígena do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná em convênio com a Universidade Federal do Paraná (UFPR). O material obtido nas pesquisas durante a década de 1980 através da articulação de pesquisadores com os remanescentes Xetá foi sistematizado e publicado no ano de 1989”.

A partir disso e de outro elemento decisivo, que é o reencontro dos Xetá com o seu povo, a história e a demarcação de existência, vida, presença no Sul Brasileiro, reaparece publicamente. Em 1985 depois de uma tragédia, os Xetá se reencontram e percebem que são muitos, espalhados e que não estavam sozinhos, bem como conta o irmão de Júlio, filho de Tikuen, Claudemir da Silva.

“Na época que nosso povo foi expulso, cada um foi levado para um canto, e ninguém sabia ao certo onde estavam. Passamos a maior parte da vida andando por terras indígenas, junto dos parentes Guarani, Kaingang. Muitos dos nossos foram assassinados, mulheres esturpadas, pessoas envenenadas. Colocaram os indígenas dentro de um caminhão, como se fossem criação. Tanto que o povo Xetá demorou mais de quarenta anos para se encontrar”, disse ele.

A PRIMEIRA GRANDE RETOMADA: “Daqui Não Vamos Sair, A Não Ser Que Matem A Todos”

As palavras de Claudemir são fortes e precisas, mostrando que não haverá caminho reverso, pois o que guia a esperança é a luta, a possibilidade de finalmente, conquistar a terra sagrada. “Somos indígenas, temos direitos e queremos aproveitar mais a nossa cultura, conversando mais com nossos parentes Xetá. É a primeira vez que acontece uma retomada assim, vamos até o fim. Daqui não vamos sair, a não ser que matem a todos”.

Seu irmão, o cacique Júlio Cesar da Silva, celebra o momento em que pela primeira vez na história, a aliança entre os Xetá lança resistência sobre o massacre de 1840, colocando em evidência as memórias resguardadas ao entorno do médio rio Ivaí. “Nunca tivemos um espaço para dizer que é da gente”, falou Júlio indignado.

É essa geração, que reúne filhos de Tikuen, netos/as, sobrinhos/as, que está demarcando um território Xetá. “Isso é forte, emocionante, vivemos anos tentando buscar espaço para ter autonomia, exercer a cultura, trabalhar o artesanato. Aqui pretendemos estabelecer o território Xetá, e não vamos arredar o pé”, acrescentou Júlio.

Reivindicações

Na carta do povo Xetá às autoridades públicas, assinada em 7 de janeiro de 2026, está evidenciada a indignação das lideranças frente a perpetuação da violência sobre o seu povo, bem como o cenário que levou a um “quase desaparecimento”, e sim, “quase”, porque os sobreviventes, separados, constituíram famílias no Sul do país, vindo a se encontrar apenas 40 anos após o massacre.

“Hoje, somos um povo sem-terra e desagregado, vivendo longe de nosso território e vítimas do descaso público, que acentua um quadro de vulnerabilidade social de nossas comunidades, que já é agudo. A negação de nossos direitos, principalmente a inconclusão do processo demarcatório, traz muitos prejuízos ao nosso povo. Estamos impedidos de exercer nosso modo de vida e de ter autonomia, e a cada dia nossa cultura está mais ameaçada, devido à nossa separação forçada e a morte de nossos líderes mais velhos, que foram arrancados da terra e de suas famílias quando ainda crianças. Tal postura é genocida”, mencionam.

No documento, os Xetá ainda colocam a responsabilidade no estado brasileiro, para que este, evite ainda mais violências e conflitos. Por isso, desde a retomada, as lideranças reivindicam atendimento da Secretaria



Retomada do povo Xetá

Especial de Saúde Indígena – SESAI, estabelecimento da energia elétrica, considerando inclusive que alguns indígenas fazem uso de insulina e crianças recebem leite, ambos precisam de armazenamento seguro. Além disso, Júlio menciona questões relacionadas à educação escolar indígena, destacando a necessidade de estrutura para os anos iniciais e a prioridade que os Xetá expõem no ensinamento da língua materna dentro do território.

Marco Temporal

Para além das demandas urgentes, o cacique reitera que o povo Xetá enfrentou ao longo desses setenta anos, inúmeras violências, separações e perseguições e que neste momento, lutam para assegurar direitos que foram violados, sendo esse, um povo vítima das mais aterrorizantes práticas legitimadas hoje, por meio da lei do Marco Temporal.

“É lamentável ter que fazer uma fala dessas, mas nos direcionamos aos juízes, deputados e demais autoridades:



Foto: Coletivo de lideranças do povo Xetá

quem reconhece o marco temporal só pode ter um coração de pedra ao fazer vistas grossas sobre a nossa história e existência no território brasileiro. Eles falam que para ser reconhecido como indígena teria que estar em cima da terra, mas e o nosso povo, que foi expulso? Eram mais de três mil e seiscentas pessoas na época, e sofreram com o desmatamento feito para plantar café. Perdemos muito, perdemos crianças no massacre, indígenas retirados à força. Como provar que fomos retirados à força?”, questionou.

Uma das violências a que os Xetá foram submetidos foi a quase extinção da língua materna. “Só não foi perdida porque os nossos velhos guardaram na memória e, conforme fomos crescendo em número de famílias, os guardiões repassavam. Meu pai, para impedir que o dialeto se perdesse com o tempo, ele conversava com a sua própria imagem projetada no espelho. Ele ensinou os filhos, e a gente também foi ensinando, mas em outros territórios, muitos não sabem a língua materna porque não tinha quem ensinasse”, contou.

Os ensinamentos sobre os remédios medicinais, o artesanato, também estão no limbo da resistência Xetá.

“Cada filho sobrevivente deixou um legado e assim vamos resistindo, tentando fazer de tudo para manter. A nossa retomada é para manter a nossa cultura, o nosso cântico. Nós somos um povo que se refaz, ainda não temos condições de trazer todo mundo para perto, mas estamos lutando do jeito que conseguimos”, reafirmou.

“O estado do paraná é o grande ator no genocídio do povo Xetá”

A extrema violência que o povo Xetá enfrentou no período de expulsão é ainda marcante, especialmente quando o estado brasileiro se mostra omissos frente a demarcação das terras e imprimindo leis que ampliam o genocídio e perseguição aos sobreviventes. Essa reflexão é listada por Osmarina de Oliveira, que observa a questão Xetá com preocupação. “Sabemos que o Estado do Paraná é o grande ator no genocídio do povo Xetá, pois concederam o território desse povo na época da invasão, para uma colonizadora japonesa e depois, o próprio estado retirou e entregou para o Bradesco (banco) fazer a colonização”.

Osmarina encerra dizendo que o Cimi apoia a luta, a retomada que nesse momento se concretiza.

“É muito importante ocupar uma terra onde possam viver enquanto povo. A luta do povo Xetá está envolvida por violências que esse povo sofreu e continua sofrendo com a ação e omissão do estado brasileiro. Estamos juntos e juntas, acompanhando e auxiliando”, finalizou.



Foto: Coletivo de lideranças do povo Xetá

Retomada do povo Xetá



CANTOS QUE ATRAVESSAM O TEMPO: crianças Xakriabá retomam o Reisado como gesto de memória e futuro

Experiência iniciada em 11 de fevereiro, na aldeia Rancharia/Tenda, reúne anciões, foliões e famílias no território Xakriabá para fortalecer o Reisado como prática de resistência cultural e espiritual

Por *Daiane Nascimento, Daiane Oliveira e Nilton Seixas**

Há cantos que não pertencem apenas ao passado, eles atravessam gerações e seguem sendo prática viva que sustentam a memória coletiva. No dia 11 de fevereiro, na aldeia Rancharia/Tenda, no território Xakriabá, teve início uma experiência de acompanhamento a crianças e adolescentes voltada ao resgate e ao fortalecimento do Reisado. Os anciões contribuíram diretamente com o processo de transmissão dos saberes do Reisado junto às crianças e aos adolescentes. A celebração remete ao período de aldeamento e é reconhecida pelo povo como parte do sincretismo religioso que se mantém até os dias atuais.

O sincretismo, nesse contexto, está diretamente interligado a uma estratégia de sobrevivência e, ao longo do tempo, foi sendo incorporado como prática cultural Xakriabá, agregando elementos próprios da cultura e da espiritualidade do povo como forma de manter viva a fé diante dos intensos processos de catequização e controle territorial ocorridos a partir do século XVII.

A Folia de Reis na comunidade indígena Xakriabá possui especificidades próprias de cada realidade. O Reisado é vivido com profundo respeito e fé, reunindo cantos, instrumentos e formas de expressão locais à tradição católica, fortalecendo a identidade cultural, adaptando instrumentos e modos de cantar e integrando-se aos ritos e à identidade do povo.

Presente em diversas aldeias, a prática vem passando por modificações devido às mudanças e transformações que têm afetado diretamente a vida e o cotidiano do povo. A experiência, iniciada na Rancharia/Tenda, teve como foco fortalecer essa tradição por meio do intercâmbio de saberes entre anciões, foliões e as novas gerações, reafirmando a orali-



dade como caminho de transmissão de conhecimentos e a convivência comunitária como fundamento do Bem Viver.

Embora direcionada a crianças e adolescentes, a atividade contou também com a presença das famílias que se somaram a esse importante espaço de aprendizado. Elas expressaram preocupações com o futuro diante das facilidades e ofertas externas que tendem a enfraquecer e desmobilizar a vivência comunitária e a participação coletiva, tensionando modos tradicionais de organização social.

A presença expressiva da comunidade evidencia que práticas que vêm sendo silenciadas exigem diálogo permanente e compromisso coletivo, visto que o futuro está diretamente interligado aos caminhos que estão sendo trilhados pelas gerações atuais e futuras. Este espaço formativo foi significativo e demonstrou que a cultura também pode ser vista por um caminho que muitas

vezes se inverte e, aos poucos, revela que a ancestralidade também pode ser percebida sob o olhar de quem está nascendo, bem como a importância do renascimento de práticas que exigem persistência diante de um povo que expressa sua religiosidade por meio de diversas manifestações de fé, de transmissão de saberes, de fortalecimento cultural e de afirmação de sua identidade.

Nesse processo formativo, destacou-se o interesse, a escuta atenta, a participação nas oficinas práticas, o canto e o “esperançar” manifestado pelas crianças e adolescentes, especialmente na demanda pela continuidade das atividades e pela abordagem de temas que também desafiam os mais velhos.

Mais que uma atividade pontual, o encontro reafirma que cultura não é herança imóvel, é território em disputa. Em um contexto de pressões externas, mercantilização da vida e fragilização de vínculos coletivos, fortalecer o Reisado significa sustentar modos próprios de existir, crer e organizar a vida.

*As atividades junto às crianças e adolescentes Xakriabá contaram com a contribuição de lideranças, anciões, professores e professoras de cultura e comunidade, bem como do Cimi Regional Leste “Corredor do Cerrado”.